

**DA “DECLARAÇÃO DE MARÇO” DE 1958 À RENÚNCIA DE JÂNIO
QUADROS: AS VICISSITUDES DO PCB NA LUTA POR UM GOVERNO
NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO****

Anita Leocadia Prestes*

RESUMO: A partir da aprovação da “Declaração de Março” de 1958 pela direção do PCB, os comunistas brasileiros adotam uma nova orientação política. O objetivo tático do partido passa a ser a conquista de um *governo nacionalista e democrático* através do processo eleitoral e da pressão de massas, excluída a via armada prevista anteriormente nos documentos do PCB. No artigo são apresentadas e apreciadas criticamente as vicissitudes do partido na luta pela realização de tais objetivos durante a segunda metade do governo de Juscelino Kubitschek e os sete meses de Jânio Quadros no poder.

Palavras-chave: Declaração de Março de 1958, PCB, governo nacionalista e democrático, comunistas.

**FROM “THE MARCH DECLARATION” OF 1958 TO THE RESIGNATION OF
JÂNIO QUADROS: THE PREDICAMENTS OF THE PCB (BRAZILIAN
COMUNIST PARTY) IN THE STRUGGLE FOR A NATIONALIST AND
DEMOCRATIC GOVERNMENT**

ABSTRACT: Since the approval of the “March declaration” of 1958 by the direction of the PCB, the Brazilian communists adopted a new political orientation. The tactical objective of the party became the conquest of a *nationalist and democratic government* by way of the electoral process and the pressure of the masses, excluding the armed alternative predicted previously in the documents of the PCB. In this article are presented and analyzed critically the difficulties of the party in the struggle for the accomplishment of these objectives, during the second half of the presidency of Juscelino Kubitschek and the seven months during which Jânio Quadros was in power.

Key-words: Declaration of March 1958, PCB, nationalist and democratic government, communists.

** Publicado em *Crítica Marxista*, nº 32 – 2011, 1ª edição 2011, p.147-174.

*Professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ.

anitaprestes@ifcs.ufrj.br

1958: o avanço dos comunistas junto ao movimento nacionalista e às lutas dos setores sindicais e populares

Em meu último livro (PRESTES, 2010, p.144-154), ao analisar a *Declaração de Março* de 1958, aprovada naquela ocasião pelo Comitê Central do PCB, considerei necessário ressaltar seu caráter nacional-libertador. Em outras palavras, procurei chamar a atenção para a influência, nesse importante documento, da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, ou seja, da chamada “doutrina desenvolvimentista”. Afirmava-se na *Declaração*:

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. (...)

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isso, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da *revolução nacional e democrática* no Brasil. (CARONE, 1982, p.184; grifos meus)

Adiante, nesse mesmo documento, destacava-se o papel da *burguesia nacional* - aquela “interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”. Juntamente com o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e até setores de latifundiários, “que possuem contradições com o imperialismo norte-americano”, a burguesia nacional poderia formar uma ampla frente única que garantisse a conquista, através do caminho eleitoral, de um “*governo nacionalista e democrático*” (idem, p.185, 193-195; grifos meus).

A subordinação do conflito entre trabalho e capital ao empenho para alcançar um capitalismo autônomo no Brasil era reafirmada, ao declarar-se que o proletariado, “embora explorado pela burguesia” tem o interesse de “aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista” (idem, 187). Não se percebia que a burguesia industrial brasileira havia se associado, em posição subordinada, aos grupos monopolistas estrangeiros, tornando inviável, como os acontecimentos posteriores acabariam revelando, qualquer aposta em um desenvolvimento independente para o Brasil. Tinha lugar mais uma guinada tática na política do PCB - o abandono da luta armada e a adoção do caminho pacífico e eleitoral -, sem que mudasse a estratégia da revolução, agrária e antiimperialista. A partir da *Declaração de Março* de 1958, sintomaticamente essa primeira etapa da revolução passaria a ser denominada de *nacional e democrática* (PRESTES, 1980).

Jacob Gorender, um dos redatores da *Declaração de Março* de 1958, em artigo publicado no jornal *Voz Operária*, deixaria clara a proposta nacional-libertadora desse documento, ao afirmar que “não vemos o caminho para o socialismo, que é nosso objetivo final, na negação deste desenvolvimento ... [progressista]..., na ruptura com ele e na sua substituição, agora utópica, por um outro tipo de desenvolvimento”.¹

A seguir, Gorender sublinharia o conteúdo reformista da proposta apresentada no referido documento: “(...) a sociedade brasileira ascenderá a uma etapa mais alta como resultado deste mesmo *desenvolvimento progressista*, que hoje objetivamente existe, à medida que ele ganhar aceleração, profundidade e consequência” (idem; grifos meus).

Naquele momento histórico, a aprovação da *Declaração de Março* contribuiu decisivamente para garantir não só a unidade como a própria sobrevivência do PCB, seriamente abalado por grave crise, provocada em grande medida pelos acontecimentos relacionados com o XX Congresso do PCUS, realizado no início de 1956. (PRESTES, 2010, p. 144-154)

Cabe ressaltar que, mesmo tendo conciliado com as teses da ala “renovadora” do PCB (idem), contribuindo com o seu inegável prestígio, para a elaboração e a aprovação da *Declaração de Março*, com o objetivo de manter a unidade das fileiras partidárias, L.C. Prestes revelaria preocupação com o perigo de uma “tática reformista, que nos colocaria a reboque da burguesia”. Em artigo publicado na mesma ocasião, escrevia o secretário-geral do PCB:

A crítica superficial de nossos erros políticos pode conduzir agora ao erro oposto, à preocupação exclusiva com o movimento que se processa gradualmente, abandonando a meta revolucionária da classe operária.²

A conciliação com as tendências reformistas na direção do PCB, com o intuito de assegurar a unidade partidária, foi a atitude adotada por Prestes durante cerca de vinte anos, até o final da década de 70, quando viria a romper com o Comitê Central (PRESTES, L.C., 1980), convencido de que se tornara inviável transformar o PCB num partido revolucionário, ou seja, numa organização que superasse o reformismo,

¹ GORENDER, Jacob, “A função positiva do proletariado”, *Voz Operária*, n. 460, 29/03/1958, p. 4.

² PRESTES, Luiz Carlos, “São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política”, *Voz Operária*, n. 460, 29/03/1958, p. 5.; *PCB: vinte anos de política – 1958-1979 (documentos)*. (1980, p. 35).

explicitado, principalmente, por meio da ideologia do nacional-desenvolvimentismo e da concepção da revolução em etapas (PRESTES, 2010, p.162).

Não deixa de ser elucidativo comparar a atitude de Prestes, preocupado em preservar a unidade do PCB, com a posição assumida pela social-democracia alemã, que resultara da unificação dos dois partidos em que se encontrava dividida até 1875: o que fora liderado por Ferdinand Lassalle e o partido fundado por Carlos Marx em Eisenach, em 1869. Parte importante da plataforma em torno da qual se dá essa unificação foi criticada por Marx em sua *Crítica do Programa de Gotha*, com o argumento de que observara uma obliteração das diferenças entre a luta por reforma e a revolução. Entretanto, tal crítica só foi divulgada muito tempo depois, pois a direção do partido de Eisenach “considerou imprescindível fazer *concessões programáticas com o objetivo de alcançar a unidade*”. (REGALADO, 2009, p. 7-8; grifos meus)

Na realidade, o esforço para alcançar a unidade a qualquer preço marcou fortemente a história do movimento comunista internacional e não poderia, portanto, deixar de se fazer presente no PCB, uma vez que, desde sua fundação, o partido fez parte desse movimento. Tal empenho, frequentemente, teria como consequência o abandono de posições de princípio e, em particular, a renúncia aos objetivos revolucionários dos comunistas e a conciliação com as tendências reformistas.

Se a *Declaração de Março* de 1958 resultou em grande medida da crise do movimento comunista, nos anos 1956/57 (PRESTES, 2010, p. 144-154), por outro lado, refletiu as mudanças, ocorridas naqueles anos, na situação política brasileira. A eleição e posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República significara uma vitória importante das forças progressistas no país, inclusive dos comunistas, que haviam se empenhado em sua eleição e apoiado com firmeza o Marechal Lott e as forças que impediram os intentos golpistas visando obstar a posse dos eleitos em 3 de outubro de 1955 (idem, p. 140-143).

Com o Governo JK florescia a “doutrina desenvolvimentista”, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo empolgava amplos setores sociais e exercia forte influência sobre os comunistas. Vivia-se o entusiasmo com os “Cinquenta anos em cinco” de JK. Ao mesmo tempo, tinha lugar uma limitada “abertura” democrática, resultante dos avanços conquistados pelos setores nacionalistas e pelas lutas populares, com destaque para os êxitos alcançados pelo movimento operário e sindical.³

³ Cf. *Imprensa Popular*, RJ, jan/1956 a fev/1958; *Voz Operária*, jan/1956 a fev/1959; *Notícias de Hoje*, SP, jan/1956 a março/1959.

Desde o início de 1956, nos primeiros meses do Governo JK, teve lugar campanha pela anistia para Prestes e seus companheiros, que respondiam a processo em curso na Justiça Federal pelo “crime” de organização do Partido Comunista, considerado uma entidade alienígena, a serviço de potência estrangeira. Embora recolhidas mais de um milhão de assinaturas em três meses, o movimento não atingiria seus objetivos, pois, na Câmara Federal, foi rejeitado projeto nesse sentido apresentado pelo deputado Sérgio Magalhães⁴. A partir principalmente de setembro de 1957 toma corpo em todo o país nova campanha, com objetivos mais modestos, voltada para a revogação da ordem de prisão preventiva existente contra Luiz Carlos Prestes e demais dirigentes comunistas⁵.

Fruto da crescente pressão da opinião pública, a ordem de prisão preventiva foi revogada, em 19 de março de 1958, pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal do Distrito Federal José Monjardim Filho, apesar de suas muitas vacilações diante da decisão a tomar. Os dirigentes comunistas, entretanto, continuariam a responder, em liberdade, a processo perante o Supremo Tribunal Federal até o seu arquivamento⁶, somente em 1962. Ficavam evidentes as limitações da “democracia” brasileira. Os comunistas conquistavam o direito de atuar legalmente, mas lhes era vedada, pelo artigo nº58 da Lei Eleitoral, a permissão para organizar o Partido Comunista, taxativamente proibido por essa legislação em vigor, que considerava tal tentativa crime passível de condenação pela Justiça do país.

Durante o ano de 1958, observa-se um significativo avanço do movimento nacionalista no país. Entre os seus êxitos, há que apontar a vitória nas eleições do Clube Militar da “Chapa Amarela”, encabeçada pelo general Justino Alves Bastos⁷, assim como a intensa atividade da Frente Parlamentar Nacionalista, que exercia pressão sobre JK quanto à defesa da soberania nacional no caso, por exemplo, da regulamentação da cotação do dólar⁸. O jornal do PCB no Rio de Janeiro escrevia em seus editoriais: “A firmeza na luta patriótica levará os trustes à derrota”, referindo-se aos trustes estrangeiros⁹, e “Urge derrotar a tendência entreguista no seio do governo”¹⁰.

⁴ Cf. *Imprensa Popular*, RJ, janeiro a maio/1956; 23/05/1956, p. 1, 12/06/1956, p. 1; *Notícias de Hoje*, SP, janeiro a junho/1956.

⁵ Cf. *Imprensa Popular*, RJ, setembro/1957 a março/1958; *Notícias de Hoje*, SP, outubro/1957 a março/1958.

⁶ Processo nº 4602 de 1948 (Supremo Tribunal Federal), microfilmes do Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; MONJARDIM FILHO (1958).

⁷ *Imprensa Popular*, RJ, 23/05/1958, p.1.

⁸ *Idem*, 12/06/1958, p. 1.

⁹ *Idem*, 13/06/1958, p. 3.

Também avança o movimento sindical, o que se evidencia pela realização de diversos congressos sindicais e da Primeira Conferência Sindical Nacional (CARONE, 1985, p.364). Segundo documento, editado pela direção do PCB em 1959, “O movimento operário e a política sindical dos comunistas”¹¹, estava em curso “o recrudescimento das lutas da classe operária por melhores condições de vida e de trabalho”, assim como “progressos efetuados no sentido da unidade sindical”. Assinalava-se, no documento, que “entre 1952 e 1958 o número de sindicatos cresceu de 1.096 para 1.552 e o número de Federações de 49 para 67. Os funcionários públicos, à base de uniões e associações, organizaram 12 Federações Estaduais e a sua Confederação Nacional.” Contudo, os comunistas reconheciam como principal debilidade do movimento sindical “a fraca participação das massas nas organizações sindicais” e chamavam a atenção para a necessidade de criar sindicatos de assalariados agrícolas, que “constituem cerca de 4 milhões de trabalhadores praticamente privados de organização” (idem).

Verifica-se a participação crescente na vida nacional não só do movimento operário e sindical, como dos comunistas, cujos dirigentes, com Prestes à frente, passaram a atuar abertamente. Cuidava-se, entretanto, de não configurar de público qualquer atividade que pudesse vir a ser enquadrada como tentativa de organizar o Partido Comunista. Eram realizadas “reuniões de comunistas”, assim denominadas pela imprensa do PCB e também em seus documentos públicos, evitando divulgar as ações voltadas para o funcionamento das instâncias partidárias.

Os comunistas tiveram participação ativa nas eleições legislativas e para governadores de estado, realizadas em outubro de 1958. Continuavam impedidos de apresentar candidaturas próprias pela legenda do PCB, pois o partido tivera seu registro eleitoral cassado ainda em 1947. Prestes viajaria pelo país emprestando o apoio comunista a candidatos que supostamente assumiam compromissos com as posições nacionalistas no combate ao chamado “entreguismo”¹². Naquela oportunidade receberam tal apoio candidatos tão diversos aos governos de estado como Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, Ademar de Barros, em São Paulo, e Cid Sampaio, em Pernambuco. O PCB declarava que

¹⁰ Idem, 14/06/1958, p.3.

¹¹ “O movimento operário e a política sindical dos comunistas”, SL, SE, SD, folheto impresso, 16 pgs.; “O movimento operário e a política sindical dos comunistas”, *Novos Rumos*, RJ, n. 30, 18 a 24/09/1959, Suplemento.

¹² “Entreguismo” – defesa de posições favoráveis aos interesses dos capitais estrangeiros no Brasil.

nossa aliança com os partidos de penetração popular (...) é feita em torno da plataforma comum de combate ao imperialismo, luta em prol da independência econômica do Brasil; apoiamos os programas independentemente dos dirigentes partidários. É claro que quando os burgueses brasileiros enfrentam o capitalismo internacional, o fazem em defesa de seus próprios lucros, mas desde que a luta seja contra nosso inimigo comum, nós, comunistas, não temos dúvida em nos aliarmos à burguesia nacional.¹³

As limitações da democracia brasileira, entretanto, se faziam sentir: entrevista de Prestes a uma TV de São Paulo, durante a campanha eleitoral, seria proibida por “ordens superiores”.¹⁴

Ao fazer um balanço do ano de 1958, em documento assinado por Prestes, os comunistas assinalavam “o agravamento das contradições da sociedade brasileira”, afirmando que “em consequência da política econômico-financeira do governo federal, subordinada em questões essenciais aos interesses do capital monopolista norte-americano, pioraram as condições de vida do povo e se acentuaram as demais contradições dentro do país”. Denunciavam as dubiedades do Governo JK, destacando que seu governo “tenta prosseguir no caminho da conciliação com o imperialismo norte-americano”, afirmando que

ao invés de atenuar-se ou de ser superada pelas tentativas de *conciliação*, a oposição entre os nacionalistas e entreguistas tende a incessante aprofundamento. Esta oposição se manifesta no seio do atual governo, dado o caráter heterogêneo que assumiu e que conserva desde sua formação inicial.¹⁵

Reafirmava-se a tática proposta na *Declaração de Março* de 1958 de luta pela formação de um “governo nacionalista e democrático”, reconhecendo-se, entretanto, “a insuficiente iniciativa por parte do movimento nacionalista, apesar das condições lhe serem, em geral, favoráveis”, e destacando-se a “insatisfatória capacidade de mobilização e organização de massas, que continua caracterizando o movimento nacionalista”. Diante de tal quadro, os comunistas consideravam “ser indispensável a pressão do movimento de massas para que o governo do sr. Juscelino Kubitschek seja levado a introduzir em sua política as modificações reclamadas pelo povo brasileiro” (idem).

O PCB apostava, portanto, numa crescente mobilização e pressão de massas com vistas a forçar o Governo a avançar no sentido do rompimento com os interesses dos

¹³ *Correio da Manhã*, 16, 26-9-1958; apud CARONE (1985, p.362-363).

¹⁴ *Notícias de Hoje*, SP, 27/08/1958.

¹⁵ PRESTES, Luiz Carlos, “A situação política e a posição dos comunistas”, *Voz Operária*, RJ, n. 504, 31/01/1959, Suplemento, 4 pgs.; grifo meu.

capitais monopolistas estrangeiros e de seus aliados internos. Pretendia-se através de tal pressão alcançar mudanças na composição do Governo, que contribuíssem para o avanço das forças nacionalistas e democráticas, dentre as quais incluíam a chamada “burguesia nacional”.

Ao analisar os resultados das eleições de outubro de 1958, os comunistas consideravam que, “apesar das limitações que sofre”, prossegue no Brasil o “processo de democratização da vida política”. Registravam que “o pleito eleitoral não modificou decisivamente a correlação de forças políticas, mas contribuiu para acentuar a polarização de forças” e “as eleições demonstraram (...) que nas condições atuais do Brasil, as massas trabalhadoras e populares podem influir na composição do governo e dos órgãos legislativos através do voto, dos meios assegurados pela Constituição” (idem).

Ao iniciar-se o ano de 1959, o PCB estava empenhado na aplicação da orientação política aprovada em março do ano anterior, sob a influência do nacional-desenvolvimentismo, conforme assinala anteriormente. Era forte a ilusão nas possibilidades de conquistar, através da pressão de massas, uma correlação de forças dentro do governo que permitisse a adoção de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e democrático no Brasil. A partir de tal patamar, previa-se que os comunistas poderiam abrir caminho para as transformações de caráter socialista no país.

Em que medida, contudo, os comunistas atuavam efetivamente no sentido de formar um *bloco histórico* capaz de conduzir tal processo revolucionário no Brasil? Na realidade, tentava-se a formação de uma aliança de classes e setores sociais supostamente possuidores de interesses e reivindicações comuns, na luta contra o imperialismo e o latifúndio e pela democracia. Entretanto, não se levava em conta algo que o conceito gramsciano de *bloco histórico* pressupõe: o momento político dessa aliança. “Sua constituição está assentada em classes ou grupos concretos definidos pela sua situação na sociedade, mas as idéias cumprem um papel fundamental no que se refere à sua coesão.” Em outras palavras, no bloco histórico, há “uma estrutura social – as classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas também há uma superestrutura ideológica e política”. (BIGNAMI, SD, p.27) Gramsci escrevia nos Cadernos do Cárcere que, segundo Marx, “uma persuasão popular tem, com freqüência, a mesma energia de uma força material”. Tal afirmação, segundo o filósofo italiano,

conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 2001,V.1, p.238).

Os elementos citados da concepção gramsciana de *bloco histórico* permitem perceber o frequente empobrecimento desse conceito no âmbito dos partidos comunistas, pois tal fenômeno marcou, de uma maneira geral, grande parte do movimento comunista mundial. Nas fileiras do PCB semelhante postura teria como consequência a subestimação pelo trabalho ideológico de formação teórica e política não só dos seus quadros como também de lideranças populares. A incompreensão da necessidade de criar um *bloco histórico* contra-hegemônico, capaz de conduzir o processo revolucionário à vitória, condicionou o desarmamento ideológico e político dos comunistas diante do *bloco histórico* dominante e a inevitável capitulação frente ao reformismo burguês.¹⁶

A sucessão presidencial de 1960 e o V Congresso do PCB

Desde os primeiros meses de 1959, o mundo político no Brasil agitava-se em torno da sucessão de JK, estando marcado o pleito presidencial para 3 de outubro de 1960. O nome de Jânio Quadros começava a ser ventilado como o de possível candidato. O jornal do PCB, de circulação legal, *Novos Rumos*, em seu segundo número, de março de 1959, estampava manchete: “Fala Prestes sobre a sucessão presidencial”. O líder comunista afirmava que “as massas querem uma nova política e exigem um candidato capaz de realizá-la”, acrescentando que “a orientação entreguista e anti-popular do governo torna inviável o apoio das forças patrióticas e democráticas a nomes bafejados pelo Catete”. Acusava Jânio Quadros de ser um agente do entreguismo e da reação, assim como Juraci Magalhães, considerando inaceitável para o povo um candidato de conchavo entre a UDN e o PSD. Ao mesmo tempo, Prestes fazia sérias advertências a outros dois possíveis candidatos – o então vice-presidente da República João Goulart e o ministro da Guerra do governo JK marechal Henrique Teixeira Lott. Dizia o secretário-geral do PCB: “Os patriotas que ocupam postos governamentais não

¹⁶ Cf. PRESTES, Anita Leocadia, “Antônio Gramsci e o ofício do historiador comprometido com as lutas populares”, texto apresentado no Seminário Internacional “Gramsci e os movimentos populares”, UFF, setembro de 2010.

podem omitir-se nem permitir que o governo continue, com atos impopulares e anti-nacionais, a preparar terreno para o demagogo entreguista Jânio Quadros.”¹⁷

A sucessão presidencial tornar-se-ia a questão-chave da política nacional nesse período. Mas a escolha dos candidatos ao pleito estaria indiscutivelmente marcada pela problemática do nacionalismo x entreguismo. Nesse quadro, os comunistas pressionavam JK a romper com o grupo entreguista existente no governo. Caracterizavam o governo JK como heterogêneo, sendo, portanto, necessário lutar por mudanças, combatendo sempre os seus aspectos anti-nacionais.¹⁸ Ao mesmo tempo, com a subida dos preços, provocada pela corrida inflacionária, agravava-se a situação das massas, levando à deflagração de numerosas greves e de lutas de diferentes setores populares.¹⁹

Em abril daquele ano, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, encampa pela primeira vez na história do Brasil uma empresa imperialista, a Bond and Share.²⁰ Em maio, o nome do Marechal Lott projeta-se cada vez mais como a candidatura das forças nacionalistas e a Assembléia Legislativa do RS exige a demissão de Roberto Campos do governo federal.²¹ Em junho, Prestes declara que os comunistas poderão votar em Lott mesmo contra sua vontade, pois o Marechal dizia não aceitar votos de comunistas.²² Nesse momento, JK rompe com o FMI, diante das imposições lesivas aos interesses nacionais feitas por essa agência representativa dos monopólios.²³ Os comunistas saem à rua para apoiar JK. Em julho, Lott recebe o apoio do PSD, restando apenas formalizá-lo.²⁴ Os comunistas tendem a apoiar a candidatura do Marechal, mas não deixam de criticar suas incoerências – não só a recusa do voto comunista, como a posição contrária ao estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e os países socialistas.²⁵ Em agosto, Lott dá apoio ao programa de reformas do PTB.²⁶

¹⁷ *Novos Rumos*, RJ, Ano I, n.2, 7 a 13/03/1959, p.1

¹⁸ Cf., por exemplo, *Novos Rumos*, RJ, n.6, 3 a 9/04/1959, p. 3, 7.

¹⁹ Cf. *Novos Rumos*, RJ, ano de 1959.

²⁰ *Idem*, n. 12, 15 a 21/05/1959.

²¹ *Idem*, n. 13, 22 a 28/05/1959, p. 1 e 4.

²² *Idem*, n. 14, 29/05 a 4/06/ 1959, p. 3.

²³ *Idem*, n. 16, 12 a 18/06/1959.

²⁴ *Idem*, n. 19, 3 a 9/07/1959, p. 3.

²⁵ *Idem*, n. 21, 17 a 23/07/1959, p.3; n.22, 24 a 30/07/1959, p. 1.

²⁶ *Idem*, n.25, 14 a 20/08/1959.

Em setembro de 1959, Luiz Carlos Prestes publica artigo²⁷ em que expõe a posição dos comunistas frente à sucessão presidencial, ressaltando de início que o governo JK “continua realizando concessões ao imperialismo norte-americano e recusando-se a atender aos reclamos da maioria da nação no sentido de alterações substanciais na sua orientação política”. Entretanto, registra importantes conquistas parciais das forças patrióticas, destacando que “a ruptura das negociações entre o governo do Brasil e o Fundo Monetário Internacional foi (...) acontecimento significativo, que alcançou repercussão em todo o continente”. No artigo, afirma-se que “o conflito entre nacionalistas e entreguistas define, no fundamental, o agrupamento de forças para o pleito eleitoral de 1960”.

A seguir Prestes caracteriza a candidatura de JQ como sendo representativa dos setores mais reacionários e entreguistas do país, como a alta direção da UDN, os grupos responsáveis pelo golpe de 24 de agosto de 1954, elementos como Carlos Lacerda e seus porta-vozes – os jornais *O Estado de S.Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e outros órgãos identificados com os interesses dos trustes estrangeiros. Em oposição à candidatura de Jânio Quadros, “numerosos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, a “ala moça” do PSD, os militares do dispositivo vitorioso a 11 de novembro e outros setores do nacionalismo lançaram a candidatura do Marechal Teixeira Lott, Ministro da Guerra” (idem).

Ao apreciar a candidatura Lott, os comunistas apontam suas incoerências, mas constatam que sua adesão ao programa de “reformas de base” do PTB (limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, reforma agrária, lei de greve, reforma da previdência social e recuperação do Nordeste), assim como a “conseqüente indicação do seu nome à convenção nacional do PTB significam uma ampliação da base política e popular de sua candidatura” (idem).

Em face da questão sucessória, Prestes, em nome dos comunistas, conclama todas as forças nacionalistas e democráticas a participarem ativamente da campanha eleitoral, contribuindo para a vitória da candidatura Lott. Destaca a necessidade de dar “maior vigor (...) à luta permanente que sustentamos por um *governo nacionalista e democrático*, através de modificações da política e composição do atual governo”. No final do artigo, são propostas algumas questões em torno das quais os comunistas consideravam necessário concentrar sua atuação junto às massas, as quais constituíam

²⁷ PRESTES, Luiz Carlos, “Os comunistas e a sucessão presidencial”, *Novos Rumos*, RJ, n. 28, 4 a 10/09/1959, p.3; CARONE (1982, p.202 - 209).

fundamentalmente o âmago das “reformas de base” e do atendimento das reivindicações mais imediatas dos setores populares (idem, grifos meus).

Na medida em que os comícios e manifestações pró candidatura Lott se intensificam, os setores entreguistas também se articulam, na tentativa de inviabilizá-la, inclusive dentro do PSD. É levantada, por exemplo, por Juracy Magalhães, a bandeira de “união nacional” em substituição à candidatura do Marechal. O jornal dos comunistas denuncia tal manobra e aplaude seu rápido fracasso. Os setores comprometidos com o entreguismo buscam instaurar a intranqüilidade no país, recorrendo a provocações como a explosão de bombas em lugares públicos. O jornal dos comunistas denuncia os responsáveis por tal situação, afirmando que “JK é o principal responsável pela intranqüilidade do país”, exigindo que o Presidente se defina a favor ou contra o nacionalismo. Em editorial de final de novembro, assinado por Mário Alves, diretor de *Novos Rumos*, destaca-se que “a bomba é contra Lott” e que JK deve mudar a composição do governo, contribuindo assim para a eleição de Lott.²⁸

Nessa mesma ocasião, tem lugar a II Conferência Sindical, que representa, segundo os comunistas, uma vitória da unidade do movimento operário, enquanto cresce no país a onda grevista de diversas categorias, voltada principalmente contra a carestia de vida que se acentua com a escalada inflacionária.²⁹ O dirigente sindical comunista Roberto Morena escreveria: “1959, ano de lutas e de unidade do movimento sindical brasileiro”.³⁰

A direita não esmorece e ocorre a Revolta de Aragarças, rapidamente debelada, cujo chefe civil seria Carlos Lacerda. Afinal a candidatura Lott é homologada pelo PSD, o que é considerado uma “vitória nacionalista” pelos comunistas³¹.

O ano de 1959 termina marcado por numerosos movimentos grevistas, como, por exemplo, o dos marítimos, que provocou a paralisação dos navios em todo o país.³² No início de 1960, continuam as lutas grevistas, fazendo-se presente a repressão governista, dirigida por Armando Falcão, truculento ministro da Justiça do governo

²⁸ Cf. *Novos Rumos*, RJ, n. 36, 30/10 a 5/11/1959; n. 37, 6 a 12/11/1959; n. 38, 13 a 19/11/1959; n. 39, 20 a 26/11/1959.

²⁹ Idem, n. 40, 27/11 a 3/12/1959; n.41, 4 a 10/12/1959; n. 42, 11 a 17/12/1959; n. 48, 22 a 28/01/1960.

³⁰ Idem, n. 45, 1 a 7/01/1960, p. 5.

³¹ Idem, n. 43, 18 a 24/12/1959.

³² Idem, n. 44, 25 a 31/12/1959.

JK.³³ Em fevereiro desse ano, finalmente a candidatura Lott é aprovada pela convenção do PTB, ocasião em que o Marechal apresenta uma “plataforma nacionalista”.³⁴

Em março, o PCB faz um pronunciamento político³⁵, em que a campanha pela sucessão presidencial é considerada o fato político central daquele momento. Ao comparar a candidatura Lott com a de JK, lançada em 1955, os comunistas assinalam que sua semelhança consiste na heterogeneidade das forças políticas nelas envolvidas, ressaltando, contudo as diferenças presentes. Enquanto JK foi um candidato “tipicamente pessedista, apoiado desde o início por setores dos mais retrógrados da cúpula do PSD, inclusive por elementos vinculados a interesses do imperialismo norte-americano”, o nome do Marechal Lott foi “inicialmente lançado e articulado” “fora do âmbito dos grandes partidos, sustentado pelos setores mais ativos do movimento nacionalista”. Dessa forma, a candidatura Lott possui “desde suas origens, um sentido marcadamente nacionalista, que não tem arrefecido, mas vem se afirmando, em que pesem as conhecidas inclinações conservadoras do próprio candidato” (idem).

A seguir no documento, assinado por Prestes, faz-se a denúncia das manobras da oposição e também de elementos entreguistas no Governo no sentido de promover provocações, para, em seguida, através de soluções fora dos trâmites constitucionais, alcançar o continuísmo do presidente JK, impedindo dessa forma o avanço da candidatura Lott. Os comunistas denunciam, mais uma vez, o caráter entreguista da candidatura JQ, assinalando o agravamento das dificuldades no campo janista, enquanto a candidatura do Marechal Lott se consolida. Destacam as reiteradas declarações do candidato nacionalista “a favor da limitação das remessas do capital estrangeiro, da reforma agrária, da nacionalização dos bancos de depósito, do respeito ao direito de greve, de moralização das instituições de previdência social, do reerguimento econômico do Nordeste e de defesa da escola pública” (idem).

Nesse documento, também é feita uma análise da situação do PCB em São Paulo, em que os comunistas desse estado são criticados tanto por cederem à “pressão janista” quanto pelo “profundo sectarismo”, revelado “vivamente no episódio da recente tentativa de greve geral”. Afirma-se que a “greve geral foi conduzida sem senso de oportunidade política e em evidente desvinculação de grandes setores das massas

³³ Idem, n. 45, 1 a 7/01/1960; n. 54, 11 a 17/03/1960.

³⁴ Idem, n. 52, 19 a 25/02/1960, p. 3; n. 53, 26/02 a 3/03/1960, p. 3.

³⁵ PRESTES, Luiz Carlos, “Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais”, *Novos Rumos*, n. 55, 18 a 24/03/1960, p. 3 e 4.

trabalhadoras, do movimento sindical e do movimento nacionalista”. Diante disso, a direção do PCB reconhece o erro de

não havermos alertado em tempo para as conseqüências negativas de uma greve geral que não tinha, na oportunidade, maiores condições de êxito, que não contribuiu, portanto, para aprofundar a confiança das massas trabalhadoras em suas próprias forças e que viria a dificultar a ampliação e consolidação da unidade do movimento sindical e do movimento nacionalista (idem).

No extenso pronunciamento do PCB, ao final, reafirma-se a posição de concentrar decididamente os esforços dos comunistas na campanha da sucessão presidencial considerada o “fato político central” do ano de 1960. Destaca-se no documento:

Toda a nossa atividade deve ter em vista a necessidade de fortalecer a frente única nacionalista e democrática e tornar vitoriosa a sua causa na sucessão presidencial, a fim de que permaneça aberto o caminho para a constituição de um *governo nacionalista e democrático*. (Idem; grifos meus)

Constata-se, pois, que a orientação política aprovada pelo PCB com a *Declaração de Março* de 1958 continuava em plena vigência. E a eleição presidencial era vista como uma oportunidade privilegiada para os comunistas atuarem no sentido de conquistar posições no governo, tendo em vista avançar rumo ao objetivo estratégico traçado, a realização da etapa nacional e democrática da revolução no Brasil. Os demais aspectos da atuação do partido ficavam subordinados à participação dos seus militantes na campanha sucessória.

Ao mesmo tempo, os comunistas procuravam levar adiante a luta pela legalidade do PCB, reivindicação que era incluída no rol das demandas apresentadas ao Marechal Lott, cujo insistente anticomunismo continuava a ser combatido nas páginas do jornal *Novos Rumos* e nos pronunciamentos dos dirigentes do PCB.³⁶

Em abril de 1960, a direção do PCB divulga o *Projeto de Estatutos* do PCB, assim como as *Teses para discussão*³⁷ para o V Congresso do partido, convocado para a segunda metade do ano. Tem início também, nas páginas de *Novos Rumos*, a “Tribuna de Debates”³⁸ do V Congresso, espaço voltado para a participação dos membros do

³⁶ Cf. *Novos Rumos*, RJ, n. 58, 8 a 14/04/1960, p. 3; n. 59, 15 a 21/04/1960, p. 1; n. 62, 6 a 12/05/1960, p. 1.

³⁷ *Teses para discussão. Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, SE, abril/1960, impresso, 174 pgs.; *Novos Rumos*, RJ, n.59, 15 a 21/04/1960, Suplemento.

³⁸ Cf. “Tribuna de Debates”, *Novos Rumos*, RJ, n. 60, 22 a 28/04/1960; n.61, 29/04 a 5/05/1960; n. 62, 6 a 12/05/1960; n.63, 13 a 19/05/1960; n. 64, 20 a 26/05/1960; n. 65, 27/05 a 2/06/1960; n.66, 3 a 9/06/1960; n. 67, 10 a 16/06/1960; n. 68, 17 a 23/06/1960; n. 69, 24 a 30/06/1960; n. 70, 1 a 7/07/1960; n.

partido na discussão dos documentos apresentados pela direção e dos problemas postos na ordem do dia pela militância comunista.

O exame das *Teses para discussão* nos revela, fundamentalmente, a confirmação das principais posições políticas adotadas pela direção do PCB na *Declaração de Março* de 1958. Reafirmava-se uma suposta “tendência à democratização do Estado brasileiro”, apontando-se “reflexos dessa tendência” nas “Forças Armadas, principalmente no Exército”. A presença, naquele momento histórico, de uma “corrente nacionalista no seio da oficialidade”, era confundida com um processo de democratização que, como os acontecimentos posteriores viriam a revelar, principalmente a partir do golpe militar de 1964, não corresponderia à realidade.³⁹

Reafirmava-se nas *Teses para discussão* que “a revolução do Brasil, na sua atual etapa é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (idem, p.54). Também, como na *Declaração de Março* de 1958, se dizia que, para alcançar um “poder das forças antiimperialistas e antifeudais”, o caminho seria a formação de um “governo nacionalista e democrático a ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente” (idem, p. 77, 78). Ressaltava-se, contudo, que tal governo “dependerá fundamentalmente do apoio de massas” (idem, p.79).

Ao analisar a estrutura de classes da sociedade brasileira, as *Teses* continuavam a distinguir na burguesia brasileira “dois setores bem diferenciados: um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista”, sendo que “o primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira” (idem, p. 39). Dizia-se ainda: “A burguesia, tomada no seu conjunto, apresenta duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo, é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora” (idem). Da mesma maneira que na *Declaração de Março*, concluía-se que a suposta burguesia nacional deveria ser incluída entre as forças que viriam a participar da etapa nacional e democrática da revolução brasileira, segundo a visão do PCB.

Também era mantida a tese da *Declaração* de que “a revolução antiimperialista e antifeudal pode ser conduzida aos seus objetivos, em nosso país, por um *caminho pacífico*” (idem, p. 80; grifos meus).

71, 8 a 14/07/1960; n. 72, 15 a 21/07/1960, n. 73, 22 a 28/07/1960; n. 74, 29/07 a 4/08/1960; n. 75, 5 a 11/08/1960; n.76, 12 a 18/08/1960.

³⁹ *Teses para discussão. Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Op. cit., p.46, 48.

Nas *Teses para discussão* o capítulo final estava dedicado à “análise crítica da atuação do Partido”. Era apreciada autocriticamente a linha “esquerdista” que vigorara nas fileiras do PCB até a aprovação da *Declaração de Março* de 1958 (idem, p. 101-146). Tal “esquerdismo” se explicava pelo “subjetivismo, que impregnou nosso pensamento político”, reconhecendo que “não soubemos (...) aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do nosso país” (idem, p.120-121). Ao final desse capítulo, não só se reafirmava a confiança na justeza da *Declaração de Março* como eram apontados os êxitos alcançados a partir de sua aplicação prática e os problemas que deveriam ser enfrentados pelo partido para levar adiante com sucesso a tática e a estratégia nela delineadas (idem, p. 128-135).

No que se refere aos artigos publicados na “Tribuna de Debates” do V Congresso do PCB⁴⁰, pode ser traçada uma linha divisória entre duas posições opostas. A da maioria do Comitê Central, encabeçada por Prestes, seu secretário-geral, a qual defendia a continuidade da orientação aprovada em março de 1958 e, conseqüentemente, se declarava em concordância com as *Teses para discussão*. E a de uma minoria, embora atuante, que se pronunciava em maior ou menor medida contra tal orientação, colocando-se na prática em defesa das posições sectárias anteriores à *Declaração de Março*. Ainda que isso nem sempre fosse explicitado com clareza por seus partidários, uma vez que esgrimiam contra os adversários a acusação de serem revisionistas, identificando-os com os “renovadores” de 1956/57 (PRESTES, 2010, p.149-154). Entre os defensores desta segunda posição, destacavam-se ex-dirigentes do Comitê Central, que, recusando-se a reconhecer os erros cometidos pela direção partidária, haviam sido afastados dos seus cargos anteriores durante a crise de 1956/57 (idem, p.144-154), como João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, etc.

Uma posição especial era adotada por Diógenes de Arruda Câmara - o ex-Secretário de Organização do Comitê Central e dirigente de maior responsabilidade no PCB depois de Prestes -, o qual não se definiria com clareza, ensaiando na “Tribuna de Debates” uma tímida autocrítica que, talvez, lhe pudesse garantir a permanência no novo Comitê Central, a ser eleito no Congresso partidário.

Há que assinalar a presença de artigos assinados por Caio Prado Júnior, conhecido e prestigiado historiador, membro do PCB, cuja crítica às teses dualistas da sociedade brasileira, adotadas pela CEPAL, pelo ISEB e pelo PCB, é bem conhecida.

⁴⁰ Cf. “Tribuna de Debates”, op. cit.

Teses que ficariam consagradas em seu livro *A Revolução Brasileira* (PRADO JR., 1966), publicado após o golpe de abril de 1964. Caio Prado Jr. criticava a visão etapista da Revolução – e a proposta de um poder antiimperialista e antifeudal como primeira etapa da revolução socialista – levantada pelo PCB, mas não abordava a questão do poder político capaz de implementar as transformações por ele defendidas a partir de sua visão absolutizadora das relações capitalistas no país. Dessa forma, o caminho ficava aberto para uma concepção reformista da revolução.

Dada a enorme influência ideológica do nacional-desenvolvimentismo nas fileiras do PCB (PRESTES, 2010, Parte II), as teses de Caio Prado Jr., não teriam maior repercussão nos debates do V Congresso. Ao mesmo tempo, tanto os adeptos da *Declaração de Março* quanto seus críticos estavam sob influência da “doutrina desenvolvimentista” e, assim, manter-se-iam fiéis à concepção etapista e à defesa do caráter nacional-libertador da revolução brasileira.

O V Congresso do PCB realizou-se em agosto de 1960, na cidade do Rio de Janeiro, sob a cobertura de “convenção dos comunistas”, garantindo dessa forma sua legalidade. Durante os debates preparatórios para o Congresso, prosseguia a campanha para a sucessão presidencial de JK, marcada pelas provocações orientadas no sentido de sabotar a candidatura Lott seja através de um golpe seja através de manobra continuista, originária do próprio Catete. Em junho, *Novos Rumos* anunciava em manchete “Conspiração contra Lott” :

Denunciamos à Nação os sabotadores da candidatura Lott, tendo à frente os srs. Juscelino Kubitchet, Amaral Peixoto, João Goulart e Armando Falcão, tramam um golpe continuista que atente frontalmente contra a legalidade democrática e a Constituição do país.⁴¹

Em julho, o semanário comunista continuava com as denúncias: “Trabalhadores estão com Lott e Jango contra o continuísmo”⁴² e “Continuísmo: Governo prepara provocações para dar golpe”, tomando medidas que agravem a situação do povo para dar o golpe⁴³. No final de julho, em artigo de Almir Mattos, afirmava-se que estavam “quebrados os dentes do continuísmo” com a suspensão de viagem ao exterior que seria empreendida por Juscelino Kubitschek e João Goulart, tendo sido importante para tal a

⁴¹ *Novos Rumos*, RJ, n. 69, 24 a 30/06/1960, p. 1 e 3.

⁴² *Idem*, n.70, 1 a 7/07/1960, p. 1.

⁴³ *Idem*, n. 71, 8 a 14/07/1960, p.1.

pressão do movimento sindical sobre este último. Ao mesmo tempo, “Lott e Jango assinam com líderes sindicais cariocas o Programa Nacionalista”.⁴⁴

Cabe destacar que, desde junho, havia sido convocado o III Congresso Sindical Nacional, com significativa participação dos comunistas.⁴⁵ Segundo *Novos Rumos*, dois mil delegados estiveram presentes nesse conclave, realizado em agosto de 1960, quando, “contra as manobras divisionistas”, foi “vitoriosa a unidade dos trabalhadores”.⁴⁶

Entre as inúmeras atividades políticas desenvolvidas pelos comunistas nesse período, deve-se assinalar a ativa e permanente solidariedade prestada à Revolução Cubana e ao povo cubano em sua luta contra as investidas agressoras do imperialismo norte-americano. *Novos Rumos* registrava semanalmente em suas páginas essa posição consequente do PCB, declarando, por exemplo, em manchete “Não toquem em Cuba!”.⁴⁷ A defesa da Revolução Cubana seria, desde o início, uma questão de princípio para o PCB.

Durante os trabalhos do V Congresso do PCB, foi apresentado um *Informe*⁴⁸ em nome do Comitê Central, em que se reafirmava a orientação política inaugurada com a *Declaração de Março* de 58 e consagrada nos documentos seguintes da direção partidária, inclusive nas *Teses para discussão*. Algumas falhas, contudo, eram apontadas na *Declaração de Março*. Uma delas seria “a questão dos dois cursos do desenvolvimento capitalista possíveis” no Brasil. Segundo o *Informe*, a *Declaração* deixou

a impressão de que a revolução antiimperialista e antifeudal deveria ser a culminação consequente do atual curso de desenvolvimento econômico e político. Este curso é, porém, no essencial conciliador com a dependência imperialista e com o monopólio latifundiário da terra, agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem ser capaz de superá-las (idem, p. 18).

Ainda segundo o *Informe*, haveria outro curso,

que lhe é oposto, ainda não existe como realidade efetiva, porém somente como possibilidade real, que se manifesta através de certas premissas e elementos objetivos e subjetivos. A luta do proletariado e das demais forças revolucionárias deve se orientar, por isso, para substituir o curso atual do desenvolvimento econômico e político por um

⁴⁴ Idem, n. 72, 15 a 21/07/1960, p. 3 e 4.

⁴⁵ Idem, n. 66, 3 a 9/06/1960, p. 2; n. 68, 17 a 23/06/1960, p.2; n. 69, 24 a 30/06/1960; n. 72, 15 a 21/07/1960, p. 2; n. 75, 5 a 11/08/1960, p. 1. n. 76, 12 a 18/08/1960, p.1.

⁴⁶ Idem, n. 76, 12 a 18/08/1960, p.1; n. 77, 19 a 25/08/1960, p. 1.

⁴⁷ Idem, n. 73, 22 a 28/07/1960, p. 1.

⁴⁸ *Informe ao V Congresso* (documento datilografado, 40 pgs.), Fundo Roberto Morena, CEDEM/UNESP, cópia em CD.

curso independente e progressista, dirigido de modo firme contra a dominação imperialista e o monopólio latifundiário (idem).

O *Informe* assinalava outra falha da *Declaração* no que se referia à definição da direção do golpe principal da revolução, que teria sido “unilateral, uma vez que não apresentou com a necessária clareza a influência mútua entre as diferentes contradições” da sociedade brasileira. Como conseqüência, não deixara claro que a luta antiimperialista,

sendo o eixo de toda a luta revolucionária não pode se desenvolver, de modo conseqüente, sem se apoiar na luta antifeudal das massas camponesas e na luta do proletariado e das vastas massas trabalhadoras contra a exploração capitalista e contra as tendências conciliadoras da burguesia diante do imperialismo (idem, p.19).

Afirmava-se ainda no *Informe* que a

Declaração examinou com insuficiente profundidade e, por vezes, mesmo de modo incorreto, o problema das contradições dentro da frente única nacionalista e democrática. Não foram, assim, devidamente evidenciados os interesses divergentes das forças participantes da frente única, nem o processo de luta pela sua direção, em que se empenham, em particular, o proletariado e a burguesia ligada aos interesses nacionais (idem).

Verifica-se, portanto, que a discussão desenvolvida durante os trabalhos preparatórios do V Congresso não conduziu a modificações significativas na orientação política geral do PCB, definida com a *Declaração de Março* de 1958. O mesmo pode-se constatar quando se analisa a *Resolução Política*⁴⁹ aprovada nesse Congresso, em que é ressaltada a “feição heterogênea” do governo JK,

nele figurando um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso entre essas forças. Apesar de alguns aspectos nacionalistas e democráticos que existem em sua atuação, o governo do sr. Kubitschek realiza, no essencial, uma *política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias* (idem, p. 5; grifos meus).

Conforme já se apontava na *Declaração de Março* de 1958, a *Resolução Política* do V Congresso reafirma o caráter heterogêneo do governo JK, mas nesta última é sublinhada a *conciliação* com o imperialismo e o latifúndio como característica marcante da política desse governo. Afirmação que teria importantes conseqüências

⁴⁹ *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro*. Brasil, 1960. Folheto impresso, 15 pgs.; *Novos Rumos*, RJ, n. 81, 16 a 22/09/1960, p. 3.

para a futura atividade partidária, principalmente durante o governo João Goulart (1961-64).⁵⁰

O *Projeto de Estatutos* do PCB, embora discutido durante os trabalhos do V Congresso, não foi dado a público naquela ocasião nem distribuído aos militantes do partido, pois, segundo resolução aprovada no Congresso, o Comitê Central ficou autorizado “a fazer no texto dos Estatutos aprovados as modificações que se tornem necessárias para efeito do registro do Partido no Superior Tribunal Eleitoral”. Da mesma forma, aprovou-se resolução a respeito de “medidas jurídicas” para a legalização do PCB, em que se dizia que “o V Congresso aprovou como indicação ao Comitê Central a proposta de que “o Comitê Central eleito no V Congresso tome urgentemente *as medidas jurídicas necessárias à legalidade do PCB*”.⁵¹ Estes documentos desmentem as afirmações posteriores do grupo de ex-dirigentes do PCB que, em 1961, rompeu com o Partido, alegando que o Comitê Central havia desrespeitado as decisões do V Congresso ao introduzir modificações nos *Estatutos* com vistas à conquista do registro eleitoral do PCB.⁵² Em 1962, esse grupo usaria tal pretexto para criar outro partido – o PCdoB.⁵³

Na cerimônia de encerramento do V Congresso, realizada durante ato público na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, foi apresentado por Prestes, em nome dos comunistas, *Manifesto Eleitoral*, no qual se dizia que a candidatura Lott era “uma resposta dos patriotas aos monopólios dos EUA”.⁵⁴ Estava-se a poucos dias das eleições presidenciais. Discursando em comício em São Paulo, Prestes fazia a denúncia de que “Jânio pedira votos dos comunistas em troca da legalidade do PCB”.⁵⁵

Com a derrota eleitoral da candidatura Lott, os comunistas declaravam: “A luta continuará.”⁵⁶ Em Nota distribuída à imprensa, Prestes apresentava a posição dos comunistas ante o resultado do pleito, afirmando que, com a vitória de Jânio Quadros, sobem ao poder as forças políticas mais reacionárias do país. Destacava também que

⁵⁰ Tema a ser abordado em futuros trabalhos da autora.

⁵¹ *Resoluções do V Congresso do PCB* [Compilação feita pelo Secretariado do C.C. do PCB], RJ, novembro/1960 (documento datilografado, 2 pgs.), Fundo Roberto Morena, CEDEM/UNESP, cópia em CD; grifos meus.

⁵² Cf. *Carta dos Cem*, agosto de 1961, *apud* CARONE (1981, p.102 -108); BERTOLINO (2004, p.158-161).

⁵³ Cf. adiante a abordagem da cisão que levou à fundação do PCdoB.

⁵⁴ *Novos Rumos*, RJ, n. 80, 9 a 15/09/1960, p. 1.

⁵⁵ *Idem*, n. 82, 23 a 29/09/1960.

⁵⁶ “Editorial” de *Novos Rumos*, RJ, n. 84, 7 a 13/10/1960, p. 1.

“milhões votaram em Jânio enganados, pensando em mudanças radicais no país”. Mas registrava que a orientação e a composição do novo governo iriam depender da ação das massas.⁵⁷ E para que tal ação fosse eficaz do ponto de vista dos interesses populares, os comunistas deveriam cumprir seu papel de vanguarda.

Os comunistas e o governo Jânio Quadros

Um estudioso do período escreve a respeito da eleição de Jânio Quadros:

Quadros, sustentado pela oligarquia financeira e pelas mesmas forças – UDN, Cruzada Democrática & Cia. – que derrubaram Vargas em 1954, apelou para os anseios populares de mudança, confundiu as massas com a sua duplicidade demagógica e obteve esmagadora vitória sobre o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato da coligação PSD-PTB. Uma vez no poder, com o respaldo de seis milhões de votos, principiou imediatamente a liberação do câmbio, promovendo, através da Instrução 204 da SUMOC, uma reforma pela qual os governos de João Café Filho e Juscelino Kubitschek não tiveram condições ou coragem de assumir a responsabilidade, apesar da pressão do FMI. Sua política de combate à inflação teria como complemento a compressão dos salários, a contenção do crédito e outras medidas, que sacrificariam os trabalhadores, as classes médias e os setores mais débeis do empresariado.

(BANDEIRA, 2010, p.117)

Em consequência, destaca o mesmo autor: “a elevação do custo de vida, acelerada pela Instrução 204, desgastava a popularidade do governo e Quadros compreendeu que dificilmente alcançaria seus objetivos dentro da moldura democrática” (idem).⁵⁸ Estavam dadas as premissas para o gesto surpreendente da renúncia do Presidente – na realidade, uma tentativa de golpe de estado -, menos de sete meses após a posse.

Ainda antes da posse de JQ, na virada do ano de 1960 para o de 1961, tinha lugar uma considerável intensificação dos movimentos grevistas no país, provocados principalmente pelo aumento da carestia de vida. *Novos Rumos* registrava esses acontecimentos, informando, por exemplo, a vitória da greve nacional dos estivadores e portuários, conquistada com paralisação de apenas 24 horas.⁵⁹ No início de novembro, a manchete do jornal comunista era “Meio milhão de trabalhadores em greve contra a carestia”.⁶⁰ Em dezembro, greve geral paralisou os serviços públicos em Minas Gerais.⁶¹

⁵⁷ *Novos Rumos*, RJ, n. 85, 14 a 20/10/1960, p. 1 e 3.

⁵⁸ Cf. CARONE (1985a, p.143).

⁵⁹ *Novos Rumos*, RJ, n. 86, 21 a 17/10/1960, p. 2.

⁶⁰ Idem, n. 88, 4 a 10/11/1960, p. 1.

⁶¹ Idem, n. 96, 30/12/1960 a 5/01/1961, p.1. Cf. *Novos Rumos*, RJ, outubro/1960 a janeiro/1961.

Tendo como pretexto a onda de greves, setores governistas voltavam a cogitar da decretação do estado de sítio.⁶²

Na ocasião da posse do novo Presidente, anunciava-se a vitória da “maior greve dos ferroviários do Nordeste”.⁶³ Em fevereiro de 1961, “50 mil ferroviários cruzam os braços e conquistam reivindicações” e em março é vitoriosa a primeira greve na Fábrica Nacional de Motores.⁶⁴ O desgaste do novo governo seria rápido. O jornal dos comunistas alertava a opinião pública: “Um ministério reacionário e um discurso violento. Duas metas de Jânio: dólares para os EUA, miséria para o povo”.⁶⁵ Mostrava, ao mesmo tempo, que a “reforma cambial de Jânio abre as portas do Brasil aos capitais estrangeiros”, enquanto 10 mil funcionários públicos eram demitidos e 100 mil ameaçados de demissão. “A austeridade de Jânio é miséria para o povo”.⁶⁶

É nesse contexto, de agravamento da situação social no Brasil, que se intensificam as ameaças dos EUA à Cuba, provocando uma forte onda de protestos por parte dos setores progressistas em nosso país. Os comunistas se posicionavam à frente desse poderoso movimento. Manchete de *Novos Rumos* denunciava: “EUA querem invadir Cuba: protestos em todo o mundo”.⁶⁷ O dirigente do PCB, Marco Antônio Coelho escrevia no jornal sobre os “nossos deveres frente à Revolução Cubana”.⁶⁸ O PCB mantinha-se firme na defesa da Revolução Cubana, denunciando as ameaças norte-americanas de invadir a ilha: “Fidel não está só”, “Todo apoio à Cuba contra iminente agressão ianque”, “Às ruas, com Fidel”, “Solidariedade à Cuba diante da ameaça de invasão”. Os comunistas participavam ativamente da organização e mobilização de grandes manifestações populares em solidariedade à Cuba socialista.⁶⁹ Prestes publicava artigo em *Novos Rumos* “Em defesa de Cuba”.⁷⁰

Diante do desembarque de mercenários em Cuba, claramente orquestrado pelos EUA, o PCB assume posição firme e intransigente, declarando publicamente que “o dever do Brasil”, ou seja, do seu governo, é solidarizar-se com a nação caribenha agredida.⁷¹ Em maio, os comunistas brasileiros saúdam a proclamação de Cuba Primeira

⁶² Idem, n. 90, 18 a 24/11/1960, p.1.

⁶³ Idem, n.100, 27/01 a 2/02/1961, p. 2.

⁶⁴ Idem, n.102, 10 a 16/02/1961, p. 1; n.105, 10 a 16/03/1961, p. 2.

⁶⁵ Idem, n. 101, 3 a 9/02/1961, p. 1.

⁶⁶ Idem, n. 103, 17/02 a 2/03/1961, p. 1; n. 107, 24 a 30/03/1961, p. 1.

⁶⁷ Idem, n. 87, 28/10 a 3/11/1960, p. 1.

⁶⁸ Idem, n. 96, 30/12/1960 a 5/01/1961, p. 9.

⁶⁹ Idem, n. 97, 6 a 12/01/1961, p. 1; n. 98, 13 a 19/01/1961, p. 1. Cf. *Novos Rumos*, outubro /1960 a julho/1961.

⁷⁰ Idem, n. 99, 20 a 26/01/1961, p. 3.

⁷¹ PRESTES, Luiz Carlos, “Editorial” de *Novos Rumos*, RJ, n. 111, 21 a 27/04/1961, p. 1.

República Socialista da América, feita por Fidel Castro.⁷² O apoio do PCB à Cuba socialista continuará sendo permanente e irrestrito.⁷³

Ainda em novembro de 1960, realiza-se em Moscou a Conferência Mundial de 81 Partidos Comunistas e Operários, da qual participou delegação do PCB, liderada por Prestes. Os comunistas brasileiros se posicionaram ao lado do PCUS, diante das divergências que então se agravavam e, posteriormente, se acentuaram entre os dirigentes soviéticos e chineses.⁷⁴

Na primeira reunião da direção nacional do PCB, após o V Congresso, realizada em março de 1961, era feita uma análise do pleito presidencial de 3 de outubro e dos primeiros dias do governo Jânio Quadros.⁷⁵ Registrava-se que “pela primeira vez, atuaram unidas na eleição presidencial as correntes mais populares e progressistas do pensamento político brasileiro – o Partido Comunista, o Partido Trabalhista e o Partido Socialista” (idem, p.3). Destacava-se que

o movimento nacionalista colocou o problema da emancipação nacional como um dos temas centrais da campanha eleitoral, obrigando os candidatos a se definirem em torno de questões candentes como a limitação da remessa de lucros do capital estrangeiro, o reatamento de relações com a URSS e os países socialistas, a solidariedade à Revolução Cubana, a reforma agrária, a defesa do monopólio estatal do petróleo, etc. (idem, p. 3).

Também era assinalado nesse documento o fortalecimento do movimento operário, calculando-se em mais de 1 milhão e 500 mil o número de trabalhadores que recorreram à greve, no ano de 1960 (idem, p. 15). Paralelamente, acentuava-se sua “ação política”, sendo que

o movimento operário organizado constituiu um poderoso meio de pressão, obrigando os candidatos a assumirem compromissos públicos em torno de questões vitais como a elevação dos salários, o combate à carestia de vida, o direito de greve, a melhoria da Previdência Social, o respeito à liberdade sindical, etc. (idem, p. 3-4).

Ao analisar a vitória de JQ, a direção do PCB considerava que “uma das suas causas principais” foi o “descontentamento com a política de carestia desenfreada, de

⁷² Idem, n.113, 5 a 11/05/1961, p. 1.

⁷³ Cf. *Novos Rumos*, RJ, ano de 1961.

⁷⁴ Tais divergências não serão examinadas aqui, pois fogem ao tema abordado neste texto. Cf. “Declaração da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários”, *Novos Rumos*, RJ, Suplemento, n. 94, 16 a 22/12/1960; PRESTES, Luiz Carlos, “A Conferência dos Partidos Comunistas e Operários”, *Novos Rumos*, RJ, n. 96, 30/12/1960 a 5/01/1961; “Resolução do PCB sobre a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Moscou”, *Novos Rumos*, RJ, n.108, 31/03 a 6/04/1961, p. 3; *As divergências no movimento comunista mundial*, Documentos, RJ, Ed. Vitória, 1963 (folheto, 137 pgs.).

⁷⁵ PRESTES, Luiz Carlos. “Os comunistas e o governo Jânio Quadros.” *Cadernos de Novos Rumos*, Rio, 1961, 10/03/1961 (folheto, 34 pgs.); *Novos Rumos*, RJ, n. 106. 17 a 23/03/1961, p. 14; CARONE (1982, p.234 – 244).

inflação aguda, de ‘desenvolvimentismo’ às custas da espoliação das massas, realizada pelo governo Kubitschek”, sendo que o marechal Lott “arcou com as conseqüências de apresentar-se e ser apresentado pelas forças governistas como um continuador do sr. Juscelino Kubitschek e de sua chamada política ‘desenvolvimentista’” (idem, p. 4).

Os dirigentes comunistas concluíam que, apesar dos problemas revelados pela chapa Lott-Jango, fora “acertado e necessário” apoiá-la, considerando que essa “posição tática fundamentou-se numa análise essencialmente correta do caráter das candidaturas” (idem, p. 5). Afirmavam que tal apoio constituía a “forma acertada de continuar a luta, nas condições da campanha eleitoral, pela *formação de um governo nacionalista e democrático* – objetivo tático central de nosso Partido” (idem, p.6; grifos meus).

No documento era feita uma apreciação crítica do governo JK, destacando-se que o PCB não soube combater energicamente sua política “desenvolvimentista”, ou seja, uma “política de desenvolvimento econômico do país baseado em concessões ao imperialismo e ao latifúndio, no ingresso maciço de capital monopolista estrangeiro, na inflação e na carestia” (idem, p. 9). Ressaltava-se que “o papel dos comunistas na frente-única nacionalista e democrática não pode ser o de acomodar-se à *política de conciliação* dos setores mais vacilantes”, sendo para tal necessário “ampliar e consolidar o movimento nacionalista, lutando para enraizá-lo nas massas trabalhadoras e populares – entre os operários, os camponeses, a intelectualidade, as camadas médias” (idem, p. 10-11; grifos meus). Ao mesmo tempo, reafirmava-se a “participação da burguesia ligada aos interesses nacionais na frente-única”, considerando que “o movimento nacionalista poderá atrair estes setores da burguesia e lavá-los a posições antiimperialistas mais definidas à medida em que se converter realmente num movimento de massas e elevar seu papel na vida do país” (idem, p. 11).

Era mantida, portanto, a orientação política aprovada no V Congresso do PCB e reafirmada diante dos novos desafios criados com a posse de JQ:

Em nossa ação política, devemos levar em conta os compromissos do atual presidente da República com as forças pró-imperialistas e reacionárias. Alertamos as massas populares, todas as forças nacionalistas e democráticas, para que se mantenham vigilantes, defendam intransigentemente suas conquistas e intensifiquem suas lutas contra quaisquer medidas do governo contrárias aos interesses nacionais. Em especial, é necessário defender passo a passo, de maneira enérgica e decidida, as liberdades democráticas e os direitos constitucionais, a liberdade sindical e o direito de greve, postos em causa no pronunciamento presidencial. Estaremos à frente das massas para mobilizá-las, organizá-las e dirigi-las na mais firme e decidida oposição a uma política reacionária. (Idem, p. 22)

Durante os sete meses do governo JQ, os comunistas estiveram empenhados em denunciar sua política “entreguista” e mobilizar os setores populares e nacionalistas na luta pelas suas reivindicações mais sentidas, tendo em vista o processo de acumulação de forças voltado para a conquista de um governo nacionalista e democrático, o objetivo tático definido nas resoluções aprovadas pelo PCB. *Novos Rumos* denunciava: “Reforma cambial de Jânio abre as portas do Brasil aos capitais estrangeiros”; Prestes declarava que a reforma cambial “beneficia os trustes e sacrifica o povo”; suplemento especial de *Novos Rumos* era dedicado à crítica da Reforma Cambial promovida por JQ.⁷⁶

Ao mesmo tempo, os comunistas, em cumprimento das resoluções do V Congresso do PCB, intensificavam as ações voltadas para a conquista da legalidade do partido e, mais concretamente, para a obtenção do seu registro eleitoral junto ao Superior Tribunal Eleitoral. Em agosto, *Novos Rumos* anunciava que “Prestes vai pedir registro do PCB” e publicava suplemento com *Manifesto* assinado por Prestes, o *Programa* e os *Estatutos do PCB*.⁷⁷ A Lei Eleitoral exigia um total de 50 mil assinaturas para solicitar o registro partidário. Tinha início ampla campanha de coleta de assinaturas para tal fim, levada à frente pelos militantes comunistas em todo o Brasil. Numerosas personalidades e entidades representativas da vida política, social e cultural do país seriam atraídas para a campanha pela legalização do PCB, pronunciando-se favoravelmente ao seu registro eleitoral.⁷⁸

Diferentemente do que seria alegado pelo grupo de ex-dirigentes do PCB, responsáveis pela cisão que levou à criação do PCdoB, nos documentos apresentados à Justiça Eleitoral, não há alterações substantivas em relação às decisões aprovadas no V Congresso do partido.⁷⁹ Embora, nesses documentos, não estejam incluídas menções à ditadura do proletariado e à tomada revolucionária do poder político, à fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, afirma-se explicitamente que “o PCB tem como objetivo alcançar o socialismo no Brasil”, sendo apresentadas as transformações em que o partido estará empenhado, “ao lado de todas as forças

⁷⁶ *Novos Rumos*, RJ, n.107, 24 a 30/03/1961, p. 1; n. 109, 7 a 14/04/1961, p. 3; n. 117, 2 a 8/06/1961, Suplemento.

⁷⁷ Idem, n. 127, 11 a 17/08/1961, p. 1 e Suplemento; *Programa e Estatutos do Partido Comunista Brasileiro* (folheto impresso, 31. pgs.), RJ, agosto/1961.

⁷⁸ Cf., por exemplo, *Novos Rumos*, RJ, 18 a 24/08/1961.

⁷⁹ Cf. *Carta dos Cem*, agosto de 1961, *apud* CARONE (1981, p.102 - 108); BERTOLINO (2004, p.158 a 161); *Em defesa do Partido, panfleto*. São Paulo, fevereiro de 1962; a Conferência Extraordinária do PCB, *apud* CARONE (1981, p. 108 - 111).

patrióticas e progressistas”⁸⁰. Também era mudado o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, tendo em vista facilitar o seu registro eleitoral. Tratava-se de *Programa* e de *Estatutos* feitos na medida necessária para atender às exigências da Lei Eleitoral, sem, entretanto, contradizer as Resoluções do último Congresso partidário.

O PCdoB, criado pelos ex-dirigentes do PCB, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Calil Chade, Ângelo Arroio e Lincoln Oest, a partir de uma Conferência Nacional Extraordinária, realizada em fevereiro de 1962, embora tenha mantido a fidelidade à mesma estratégia nacional-libertadora do PCB, adotaria uma tática “esquerdista” – em certa medida, uma retomada da política dos comunistas nos anos 1948 a 1958 – (PRESTES, 2010), levantando a bandeira da “luta revolucionária” por um “governo popular revolucionário” e negando qualquer possibilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira.⁸¹ Se a política aprovada no V Congresso do PCB estava marcada pela influência da ideologia nacional-desenvolvimentista, a orientação adotada pelo PCdoB não seria diferente. O que as distinguia eram aspectos táticos: mais à direita no caso do PCB, mais à esquerda no do PCdoB; o PCB tendendo para o reformismo, característico da influência da ideologia burguesa, e o PCdoB, para o palavreado radical, também fruto da influência ideológica burguesa, segundo os clássicos do pensamento revolucionário socialista (Marx, Lênin, etc.).

Ainda no governo JQ, seriam encaminhadas medidas para o reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, causa pela qual os comunistas e as forças democráticas no país vinham se batendo havia anos. Prestes enviaria mensagem a Jânio congratulando-se pela iniciativa tomada nesse sentido, sendo que o efetivo restabelecimento das relações entre as duas nações só se daria na gestão de João Goulart, ao final de 1961.⁸²

O governo de Jânio Quadros estava eivado de profundas contradições. O novo presidente

especulava com a independência de sua política exterior, a fim de extorquir, por um lado, maior auxílio financeiro dos Estados Unidos e adormentar, por outro, a esquerda brasileira, enquanto executava um programa econômico e financeiro em favor do grande capital e dos interesses estrangeiros (BANDEIRA, 2010, p.119).

⁸⁰ *Programa e Estatutos do Partido Comunista Brasileiro* (folheto impresso, 31. pgs.), RJ, agosto/1961, p. 6, 8.

⁸¹ *Manifesto Programa do PCdoB, panfleto*. (Pela Conferência Extraordinária do Partido Comunista do Brasil). São Paulo, 18/02/1962, *apud* CARONE (1980, p. 509 - 519); SALES (2007, p.63 - 103).

⁸² Cf. *Novos Rumos*, RJ, n.126, 4 a 10/08/1961, p. 1; n. 127, 11 a 17/08/1961, p. 1; n. 147, 1 a 7/12/1961, p. 1.

Para levar adiante tal política econômica, JQ entendeu que seria necessário apelar para um governo forte, uma vez que não contava com maioria no Congresso Nacional. Precisaria criar condições para que pudesse “ter as ‘mãos livres’ na política interna, i.e., para que as pudesse desembaraçar das peias constitucionais”. Tratava-se de preparar o golpe com o objetivo de compelir o Congresso a “conceder-lhe a soma de poderes” (idem, p.121). Seu ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, articulou o “movimento para forçar o Congresso a aceitar o princípio da delegação de poderes e conseguiu a concordância de Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara” (idem, p. 121-122). O plano de Jânio

consistia em renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando de ministros extremamente conservadores, a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart, que se reelegera vice-presidente do Brasil. O Congresso delegar-lhe-ia as faculdades legislativas, coagido pelos acontecimentos, sem prejudicar, aparentemente, “os aspectos fundamentais da mecânica democrática” (idem, p. 122).

Os propósitos de JQ, entretanto, não se concretizariam. Tendo condecorado Che Guevara no dia 18 de agosto e intensificado os preparativos golpistas, o Presidente, pelo visto, não contava com a delação de Carlos Lacerda, que em programa televisivo, levado ao ar em 23/8, denunciaria tais propósitos. Conforme E. Carone,

o grave do episódio é que Jânio Quadros não consegue obter a aquiescência de seus ministros militares para impedir Lacerda de se pronunciar pela televisão. E também, antes da transmissão do discurso, o governador da Guanabara, no dia 21, recebera o Brigadeiro Grun Moss, Ministro da Aeronáutica, o Brigadeiro Guedes Muniz e o Coronel Américo Fontenelle. É claro que o seu depoimento público só é possível porque há retaguarda que o sustente nesse momento de crise. (CARONE, 1985a, p.160)

Segundo o relato de M. Bandeira, a delação de Carlos Lacerda “precipitou a aventura. Quadros renunciou. E a reação que esperava não ocorreu. O Congresso acatou-lhe tranquilamente o gesto, como ato unilateral, e ninguém discutiu a possibilidade de seu retorno ao governo” (BANDEIRA, 2010, p. 123) Os acontecimentos que se seguiram são por demais conhecidos.(Idem, p. 123-128)

Novos Rumos, o jornal do PCB, imediatamente denunciaria o clima golpista alimentado pelo pronunciamento do governador da Guanabara: “Povo brasileiro repudia provocações de Lacerda e defende as liberdades”.⁸³ Com a renúncia de JQ, em 25/08/1961, o PCB adotaria o firme propósito de empenhar-se na luta pela posse de João Goulart, vice-presidente eleito da República. Participando de uma ampla frente de

⁸³ *Novos Rumos*, RJ, n. 129, 25 a 31/08/1961, p. 1.

forças sociais e políticas, os comunistas se inseriram ativamente na grande mobilização popular, que teve lugar no país, contra o golpe reacionário dos setores entreguistas e de direita e pelo cumprimento da Constituição, com a passagem da presidência da República a João Goulart.

Em edição extra, de 27/08, *Novos Rumos* exibia manchete “Lott chama o povo e as forças armadas à luta em defesa da democracia”, informando, ao mesmo tempo, que já se haviam levantado barricadas nas ruas da Guanabara, onde tinham lugar manifestações populares contra o golpe e pela posse de Jango.⁸⁴ O jornal dos comunistas, tanto em suas edições semanais quanto em várias extras, não só noticiava os acontecimentos daqueles dias conturbados como conclamava insistentemente seus leitores a barrar os propósitos sinistros da junta militar golpista e garantir o cumprimento da Constituição, assegurando a posse de Goulart. Exigia-se a punição exemplar dos golpistas.⁸⁵

Uma semana após a renúncia de JQ, a direção do PCB divulgava uma conclamação intitulada “Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata do presidente Goulart!”⁸⁶. Afirmava-se que o “grupo golpista reacionário”

está sendo desmascarado e levado ao isolamento pelo poderoso movimento em defesa da legalidade democrática que, afrontando a repressão fascista, se estende e organiza por todo o país, abrange as mais amplas camadas da população e ganha crescente apoio de importantes setores das forças armadas (idem).

Na *Conclamação* do PCB, denunciava-se a “insidiosa manobra da emenda parlamentarista”, através da qual

os generais golpistas em desespero pretendem frustrar a única solução legal e democrática para a situação de intranquilidade e desordem em que atiraram criminosamente a nação: a posse imediata do sr. João Goulart na presidência da República, com todos os poderes que são atribuídos ao presidente pela Constituição (idem).

Ao final, os comunistas chamavam todas as forças patrióticas a se unirem sob “a bandeira da frente de resistência democrática, a fim de garantir o cumprimento da Constituição e a realização de uma política nacionalista e democrática” (idem). *Novos Rumos* conclamava a “organizar comitês de Defesa da Democracia para lutar contra os

⁸⁴ Idem, n. 131, *Edição Extra*, 27/08/1961, p. 1.

⁸⁵ Idem, n.132, 1 a 7/09/1961; n. 133, *Edição Extra*, 1/09/1961; n. 134, *Edição Extra*, 4/09/1961; n. 135, *Edição Extra*, 6/09/1961.

⁸⁶ Idem, n. 133, *Edição Extra*, 1/09/1961, p.1; CARONE (1982, p.244 - 246).

golpistas em todo o Brasil”, noticiando a eclosão de movimentos grevistas por todo o país pela posse de Jango.⁸⁷

Decidida a posse de JG, Editorial de *Novos Rumos* proclamava "Posse de Jango é vitória do povo!", em que era feita uma análise da situação política criada com a renúncia de Jânio, concluindo que "o Congresso Nacional, fortalecido com o apoio da opinião pública, decidiu resistir ao golpe, exigindo o respeito à vontade popular e rechaçando o vergonhoso pedido de 'impedimento' para o sr. João Goulart". Assinalava-se o importante papel desempenhado na defesa da legalidade por setores militares, a começar pelo Marechal Teixeira Lott, assim como por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Denunciava-se a "fórmula conciliatória de uma emenda à Constituição instituindo o parlamentarismo no Brasil e, desse modo, diminuindo sensivelmente as atribuições do presidente da República." Acrescentava-se que

coube a iniciativa dessa fórmula aos grupos mais reacionários dos partidos políticos majoritários, temerosos de que a luta pela aplicação integral e imediata da Constituição levasse a uma influência maior das forças populares de vanguarda - a uma "revolução social", como disseram alguns comentaristas políticos. O parlamentarismo seria a "solução honrosa".⁸⁸

O Editorial do jornal do PCB concluía a análise da situação criada no país com a aprovação do parlamentarismo, destacando que "o bando fascista sofreu inapelável derrota. Embora emendada à última hora, prevaleceu afinal a Constituição" (idem). Finalmente, afirmava-se que

uma tarefa especial cabe (...) ao bravo povo carioca: a de expulsar do governo da Guanabara, como criminoso sem perdão, o execrável tiranete Carlos Lacerda. A Assembléia da Guanabara não tem outro caminho senão a aprovação rápida do 'impeachment' contra esse vil massacrador das liberdades (idem).

Consumada a posse de João Goulart na presidência da República, em 7/09/1961, tinha início, para os comunistas, uma nova etapa na luta pela aplicação das resoluções partidárias aprovadas em março de 1958 e, posteriormente, confirmadas no V Congresso do PCB. Seria mantido o mesmo objetivo tático, definido na *Declaração de Março* de 1958, - a luta por um governo nacionalista e democrático.

⁸⁷ *Novos Rumos*, n. 133, *Edição Extra*, 1/09/1961, p. 1 e 2.

⁸⁸ *Novos Rumos*, RJ, n. 134, 4/09/1961; CARONE (1982, p. 246 - 250).

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 8a ed. rev. e ampliada. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

BERTOLINO, Osvaldo. Mauricio Grabois – uma vida de combates: da batalha de idéias ao comendo da Guerrilha do Araguaia. São Paulo, Anita Garibaldi; Instituto Maurício Grabois, 2004.

BIGNAMI, Ariel. El pensamiento de Gramsci: una introduccion. 2a ed. Buenos Aires, Editorial El Folleto, SD.

CARONE, Edgard. A Quarta República 1945-1964). 1 – Documentos. São Paulo, Difel, 1980.

CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil (1945-1964). Volume II. São Paulo, Difel, 1981.

CARONE, Edgard. O P.C.B. (1943-1964). Volume 2. São Paulo, Difel, 1982.

CARONE, Edgard. A República Liberal - I - Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo, Difel, 1985.

CARONE, Edgard. A República Liberal – II – Evolução política (1945 – 1964). São Paulo, Difel, 1985a.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 1. 2a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MONJARDIM FILHO, José. Processo de Prestes. Rio de Janeiro, SE, 1958.

PCB: vinte anos de política (1958-1979) (documentos). São Paulo, LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1966.

PRESTES, Anita Leocadia. “A que herança devem os comunistas renunciar?”. Oitenta, Porto Alegre, LP&M, nº 4, 1980, p.197-223.

PRESTES, Anita Leocadia. Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2010.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos comunistas. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1980.

REGALADO, Roberto. “De Marx, Engels y Lenin a Chávez, Evo y Correa. Reforma y revolución entre imaginario y realidad.” In: Germán Rodas (coord.), América Latina hoy: reforma o revolución? SL, Editorial Ocean Sur, 2009, p.1 – 41.

SALES, Jean Rodrigues. “Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política.” In: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (org.), História do marxismo no Brasil. V.6. Campinas (SP), Editora da Unicamp, 2007, p. 63 – 103.